



A 65ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Ouro Preto foi realizada na última terça-feira (29). O diretor de transporte da Secretaria Municipal de Saúde, Jonas Antônio Silva Nicolino, e o diretor de administração e suprimentos da Secretaria Municipal de Educação, Armênio Júnior Santos Gama, fizeram uso da Tribuna Livre, atendendo a um requerimento de autoria de diversos vereadores. O objetivo foi prestar esclarecimentos sobre o ônibus da Secretaria de Educação que foi usado para atender a Secretaria de Saúde.

De acordo com Jonas Nicolino, houve a utilização do ônibus, mas o serviço de atendimento aos alunos não deixou de ser feito. “Tinha pouco tempo que havia assumido o cargo, então, na minha visão, foi uma situação em que não tínhamos outra opção. Por isso, autorizei esse ônibus a atender aos pacientes. Sabemos que não é a melhor saída, até pela condição desse ônibus, mas, naquele momento, foi a única saída para não deixar os pacientes oncológicos sem atendimento”, disse.

Para o vereador Chiquinho de Assis (PV), “é importante a participação a fim de esclarecer a situação, já que a Câmara é a Casa do povo e eles servem ao público. Foi colocado aqui que eles têm ciência de que o que foi feito não é o correto e que vão buscar ações para poder corrigir isso. Tentei dar uma solução, como o Consórcio Aliança, que está em vigência e que, dentro os serviços dele com a Prefeitura, está o transporte para Tratamento Fora do Domicílio (TFD)”.

O vereador Marquinho do Esporte (SD) pontuou que faltou planejamento. “Tem que ter um transporte de reserva e o representante da Secretaria de Saúde reconheceu que houve uma falha. Tirei algumas fotos e fiz alguns vídeos porque fui provocado e chamado na Estação e realmente ficou comprovado que foi utilizado o ônibus da Educação para transportar pacientes. É claro que a prioridade será sempre a saúde, mas que leve os pacientes em um ônibus adequado. Esperamos que isso não aconteça mais. Agradeço a presença do Jonas e do Armênio”, destacou.

Durante a reunião, foram aprovados diversos documentos, entre eles cinco indicações, sete requerimentos, um Projeto de Lei Complementar em primeira discussão e um Projeto de Lei Ordinária em segunda discussão.